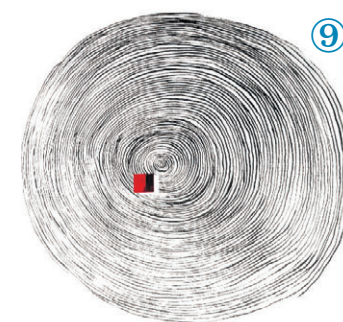


/// CÍRCULO DE ESTUDOS DO CENTRALISMO DO INTERIOR



AS OPINIÕES NÃO VINCULAM O CÍRCULO

ASSOCIADO CONVIDADO



POR

Alberto Aroso

Coordenador do Novo Movimento pelo Interior

As pobrezaas do centralismo nos Territórios do Interior

O Círculo de Estudos do Centralismo assumiu o desafio do Novo Movimento pelo Interior (N-MpI) dando continuidade ao Movimento pelo Interior (MpI) de 2018, que então propôs um importante conjunto de medidas de políticas públicas, de teor estruturante, com vista à atenuação do pesadíssimo desequilíbrio territorial existente no país (o leitor pode ver resumo no portal www.acec.pt).

Os números expõem um processo irracional e desumano de desertificação dos Territórios do Interior (TI). Cerca de 60% da população residente está na faixa costeira (0-25km), com uma densidade populacional média a rondar os 500hab/km², que contrasta com a densidade dos TI que é inferior a um só habitante por quilómetro quadrado. Naturalmente que a geografia e em particular a orografia têm influência na distribuição da demografia, no entanto é caso para dizer que há limites e lembrar a sabedoria popular aos cultores do centralismo “nem tanto ao mar nem tanto à terra”.

Insistir no atual paradigma de desenvolvimento territorial, é manter um círculo vicioso de desperdício sobre desperdício. A pressão sobre o litoral que obriga

a uma necessidade crescente de reforço de infraestruturas, cada vez mais caras, em contraste com um interior subaproveitado e em decadência socioeconómica.

O MpI apresentou propostas em três pilares, o da política fiscal, o do ensino superior e ciência, o da presença do Estado nos TI. Além de tentar avaliar o modo como o centralismo (não) acolheu as propostas de 2018, o N-MpI assume uma abordagem mais alargada para os TI, considerando mais quatro pilares: transportes e comunicações, agricultura e turismo, cultura, e representatividade na Assembleia da República.

Os TI são em grande parte um diamante por lapidar, não só pela sua riqueza natural e patrimonial, e gentes resilientes e trabalhadoras, como também por poder oferecer uma qualidade de vida cada vez mais difícil de encontrar nas zonas urbanizadas do litoral. Todavia, os preconceitos ainda continuam a alimentar um centralismo notoriamente excessivo e continuamente redutor.

Por exemplo, a pobreza dos transportes é hoje uma realidade e refere-se à falta de opções de transporte disponíveis, com mais expressão nas zonas rurais, traduzindo-se numa incapacidade ou dificuldade acrescida no acesso aos serviços básicos, e num sobrecusto de interioridade. O caso do troço Pocinho-Barca d’Alva da Linha do Douro, cuja reabertura permitiria potenciar a economia da região, é exemplo disso, sendo um absurdo que ocorre numa região que fornece energia limpa ao país, mas que o centralismo obriga a mover-se com energia suja.

Mas não é só a pobreza de transportes que afeta os TI. A pobreza na saúde, em que para além do custo de transporte para aceder a uma farmácia, só se podem aviar duas caixas de remédio por utente, decisão de aplicação generalizada, típica dos gabinetes do centralismo.

A pobreza dos correios promovida pelo fecho de balcões e, mais recentemente, a pobreza bancária, alimentada por um banco 100% público com o anúncio do fim dos serviços de tesouraria presencial em TI, esquecendo que também têm obrigações ao nível de funções sociais e de políticas públicas.

A pobreza na cultura e a pobreza de políticas públicas que promovam a articulação da agricultura que integra e enriquece as paisagens, com o turismo que delas vive, assim como a pobreza da representatividade parlamentar.

Atrevo-me então a acrescentar uma outra forma de pobreza, a pobreza do centralismo, que afeta e empobrece o quotidiano dos TI, muitas vezes por via do esquecimento e do desconhecimento, e que, não sendo uma pobreza socioeconómica, é uma pobreza de espírito, essa sim inerentemente irremediável.



O olhar da inocência sobre as consequências do centralismo, Linha do Douro em Freixo de Numão, junho de 2001